

# Desigualdades de gênero no subcampo científico da comunicação: o teto de vidro no quintal<sup>a</sup>

## *Gender inequalities in the scientific subfield of communication: the glass ceiling in the backyard*

MILENA FREIRE DE OLIVEIRA - CRUZ<sup>b</sup>

Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Comunicação.  
Santa Maria – RS, Brasil

LAURA WOTTRICH<sup>c</sup>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação.  
Porto Alegre – RS, Brasil

### RESUMO

Este artigo aborda as desigualdades de gênero no subcampo científico da comunicação no Brasil, a partir de um mapeamento direcionado aos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, às Bolsas de Produtividade em Pesquisa, às entidades e aos periódicos científicos. Apresentamos inicialmente um panorama das epistemologias feministas e a questão de gênero na ciência. Em seguida, são abordadas as dinâmicas próprias de (re)produção das desigualdades de gênero no subcampo científico da comunicação, a partir dos eixos selecionados. Conclui-se que as pesquisadoras possuem menor participação nos âmbitos mais elevados da carreira acadêmica, o que sugere a existência do *teto de vidro*, também identificada em outros campos do conhecimento.

**Palavras-chave:** Epistemologias feministas, campo da comunicação, gênero

### ABSTRACT

This paper addresses the gender inequalities in the constitution of the scientific subfield of communication in Brazil, based on a mapping directed at Communication Graduate Programs, Research Productivity Grants, Institutions, and scientific journals. At first, we present a panorama of feminist epistemologies and the issue of gender in science. Then, the dynamics proper to the (re)production of gender inequalities in the scientific subfield of communication are discussed based on the axes selected. We conclude that female researchers have lower participation on the highest levels of academic careers. This fact suggests the existence of a *ceiling glass*, as identified on other fields of knowledge.

**Keywords:** Feminist epistemologies, communication field, gender

<sup>a</sup> Uma versão anterior deste texto foi apresentada e discutida no grupo de trabalho Comunicação, Gêneros e Sexualidades no XXX Encontro Anual da Compós. Agradecemos aos pares pelas contribuições e diálogo que resultaram nos alinhavos realizados neste artigo, que é derivado do projeto “Ser Mulher e Ser Pesquisadora no Campo da Comunicação: Entre Papéis Sociais e Desigualdades na Esfera do Trabalho e da Produtividade Acadêmica”, financiado com bolsas de Iniciação Científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul e pelo Fundo de Incentivo à Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

<sup>b</sup> Professora do Departamento de Ciências da Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFSM. Atualmente coordena o Grupo de Pesquisa Comunicação Gênero e Desigualdades (UFSM/CNPq). Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-5513-3837>. E-mail: [milena.freire@ufsm.br](mailto:milena.freire@ufsm.br)

<sup>c</sup> Professora do Departamento de Comunicação e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integra o Grupo de Pesquisa Comunicação e Práticas Culturais (UFRGS) e Processocom, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3876-0198>. E-mail: [laura.wottrich@ufrgs.br](mailto:laura.wottrich@ufrgs.br)

**O** ACESSO OU OBSTRUÇÃO das mulheres ao desenvolvimento da carreira científica é assunto que tem mobilizado estudiosos de diversas áreas e latitudes. De certo modo, a discussão acompanha o próprio espraiamento de perspectivas feministas sobre a ciência, cujos questionamentos tocam temas sensíveis aos modos como o conhecimento é produzido, considerado e valorizado. Entre as discussões, são recorrentes as menções às barreiras encontradas pelas mulheres na carreira científica, apoiadas em análises estatísticas, abordagens qualitativas e incursões bibliográficas<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> A exemplo de Olinto (2011); Moschkovich (2013); Costa e Sardenberg (2002); Souza Surnami (2020); Taborda e Engeroff (2017); Rosser (2004); González Ramos (2018); Tang (1997); e Sinha e Sinha (2011).

O relevo atribuído a essa discussão deriva da opacidade do fenômeno. Ao reunir alguns dados, um observador poderia concluir que não haveria muito a se discutir no contexto atual, em que as mulheres, considerando os processos históricos, sociais e políticos, adquiriram maior representatividade na ciência e em que não existem, no limite, impedimentos formais para sua inserção. Uma impressão que se tornaria mais aguda se o olhar fosse direcionado aos dados originados nas ciências sociais, em que as pesquisadoras, não raras vezes, são maioria (Costa & Feltrin, 2016).

No entanto, muitas vezes as restrições que se transcrevem em desigualdades não se dão a conhecer por mecanismos formais, mas sim sutis. Sua configuração tem sido estudada a partir da ideia de uma segregação vertical: embora as mulheres predominem em algumas áreas, quanto mais elevado o nível da carreira (ou mais prestigiados forem os espaços), menor será sua presença. Mesmo sem objeções formais ou institucionais, com acesso e elevada qualificação, as mulheres são menos vistas em determinados espaços. É como se existisse uma superfície invisível, difícil de ultrapassar, que as impede de seguir avançando. Um *teto de vidro*<sup>2</sup>, configurado historicamente por elementos de ordem social, institucional e subjetiva, se torna um dispositivo ao mesmo tempo de manutenção e invisibilização das desigualdades entre homens e mulheres na academia.

<sup>2</sup> Expressão usual no português, também conhecida como *techo de cristal* ou *glass ceiling*.

A discussão sobre essa barreira opaca tem sido realizada em diversas áreas, sejam elas mais afastadas, como as ciências exatas e da saúde, ou na vizinhança das ciências sociais e humanas. Mas parece um debate ainda longe do nosso quintal. De fato, as articulações entre gênero e comunicação deram-se, no decurso do tempo, a partir dos temas, objetos de pesquisa e epistemes tecidos no encontro ou dispersão entre essas matrizes de conhecimento (Escosteguy, 2019; Tomazetti, 2020). Essa relação segue sendo tramada entre práticas e experiências teóricas, convocando olhares epistemológicos diversos, como a perspectiva da decolonialidade (Tavares et al., 2021), ou pela intensificação das articulações entre gênero, mídia e política a partir dos movimentos feministas presentes na internet (Sarmiento, 2020). Entre lacunas e avanços, a discussão sobre as desigualdades de gênero na constituição do subcampo científico da comunicação não parece

ter frutificado. Não foram identificados trabalhos dedicados a este esforço, pelo menos que estivessem sistematizados nas teses, dissertações e publicações em periódicos recentes<sup>3</sup> (Haag et al., 2020).

Neste contexto, o artigo é parte de uma pesquisa em curso<sup>4</sup> que discute a configuração das dinâmicas de gênero neste espaço social no qual o conhecimento comunicacional é realizado. Considerada a ausência de dados para discutir o fenômeno a partir do seu próprio contexto, apresentamos um mapeamento<sup>5</sup> focado em algumas instâncias: os Programas de Pós-Graduação (PPG), as Bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ), as instituições e a publicação em periódicos.

Para melhor localizar o debate proposto, cabe situar nossa compreensão sobre esse subcampo científico, pertencente ao campo acadêmico da comunicação, “um conjunto de instituições de nível superior destinadas ao estudo e ao ensino da comunicação e onde se produz a teoria, a pesquisa e a formação universitária das profissões de comunicação” (Lopes, 2003, p. 278), organizado nos subcampos científico, educativo e profissional. O subcampo científico abriga as práticas de produção do conhecimento. É a instância privilegiada de produção do campo, locus em que suas disputas operam com maior vigor e, por isso, nosso objeto de análise. A própria noção de campo nos convoca a pensar o conflito como constitutivo de sua estruturação, considerando que esse espaço é ao mesmo tempo um campo de forças e um campo de lutas que busca transformá-lo (Bourdieu, 1983). Em cada campo social específico, essas disputas se manifestam através de distintas relações de poder, em suas hierarquizações e construções, historicamente situadas. É o que Londa Schiebinger (2001) caracteriza como cultura científica: “A despeito de reivindicações de neutralidade de valor, as ciências têm culturas identificáveis cujos costumes e modos de pensar se desenvolveram no decorrer do tempo” (p. 139), as quais são marcadas por práticas generificadas.

Tendo em vista a polissemia que circunscreve o conceito de gênero no campo dos estudos feministas, o situamos em nossa pesquisa pela perspectiva de categoria analítica – logo, relacional, atravessada pela produção simbólica e por configurações sócio-históricas (Bonetti, 2011). Assim, partimos da definição de Joan Scott (1995), para quem o gênero tanto é um elemento “constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” quanto uma “forma primária de dar significação às relações de poder” (p. 86). Essa abordagem possibilita observar como as configurações das atividades, das lógicas, das hierarquizações e dos reconhecimentos entre sujeitos que constituem o subcampo científico da comunicação são atravessadas pelas relações de poder articuladas pelo gênero.

Num primeiro momento, indicamos o panorama mais amplo em que este texto se situa, o das discussões sobre as epistemologias feministas e a questão de

<sup>3</sup> Em outro âmbito da história das ciências, do resgate da presença feminina na produção do conhecimento comunicacional, é importante destacar o projeto recente de Maria Cristina Gobbi, voltado ao resgate da contribuição das mulheres aos estudos comunicacionais latino-americanos, e a recente contribuição de Escosteguy (2020).

<sup>4</sup> Projeto “Ser Mulher e Ser Pesquisadora no Campo da Comunicação: Entre Papéis Sociais e Desigualdades na Esfera do Trabalho e da Produtividade Acadêmica”.

<sup>5</sup> Agradecemos as acadêmicas Antônia Haag, Gabriela Habckost, Giovanna Parise, Julia Guima, Julia Perez, Karoline Costa, Laura Raupp, Nathalia Brum e Thainá Gremes pelo trabalho de coleta e descrição dos dados e por se constituírem como as primeiras interlocutoras da análise aqui apresentada.

gênero na ciência, movimento necessário para adentrar nas dinâmicas próprias de (re)produção das desigualdades de gênero no subcampo científico, abordadas a seguir. Discutimos, então, esse cenário em relação ao subcampo científico da comunicação, a partir dos eixos selecionados.

### **EPISTEMOLOGIA FEMINISTA E A QUESTÃO DE GÊNERO NA CIÊNCIA**

No contexto de nossa investigação, partimos da compreensão de que a produção científica é uma construção social (Velho & León, 1998) e, portanto, é situada cultural e historicamente. O desenvolvimento da ciência é atravessado por interesses e tensões que, via de regra, fazem prevalecer uma lógica hierárquica que sustenta modos dominantes de ver/compreender o mundo, bem como de valorar o que deve/merece ser investigado.

A relação estabelecida entre ciência e a noção de verdade (que seria alcançada a partir de critérios transparentes e objetivos para observar os fenômenos estudados) é, de fato, uma versão – que se apresenta como única, universal, para sustentar o ponto de vista de quem detém o poder. Para assegurar sua validade, sem manifestar maiores contradições, os preceitos que estabelecem historicamente e socialmente o que se entende por ciência se apoiam na ideia de racionalidade; logo, se opõem à subjetividade, às múltiplas experiências e interpretações que poderiam ser suscitadas a partir de um cenário ou de um objeto de análise.

A construção dessa dicotomia entre racionalidade e subjetividade serviu para fundamentar a desigualdade entre masculino e feminino nos modos de operar a estrutura social e, por conseguinte, a própria lógica científica. É neste contexto, portanto, que se fortaleceram as justificativas que separaram o “científico” do “não científico” – que inclui o “natural”, o “cultural” e o “político”. A ideia de neutralidade e universalidade da ciência resguarda o interesse de conformação de uma ordem social mais ampla, na expectativa de não abrir espaço para saberes e vozes dissidentes. Assim, a história da ciência foi conduzida a partir de um modelo epistêmico hegemônico localizado temporal, espacial e socialmente, que reflete os interesses e valores do grupo que a produziu e se beneficiou da estrutura de dominação colonial, patriarcal, capitalista e racista desenvolvida no século XVIII: são homens, majoritariamente brancos, ocidentais e burgueses (Góes, 2019, p. 2).

Assim, entende-se que foi construído o conhecimento legítimo/universal, aquele reconhecido “pelas instituições acadêmicas e científicas como o conhecimento da área, a partir da marginalização dos vários grandes outros ‘Outros’, cujas perspectivas podem, quando incorporadas, vir realmente a modificar ...

a constituição dos campos disciplinares” (Adelman, 2016, p. 94). A compreensão de uma pluralidade destes Outros, que não detêm os privilégios do grupo dominante, dimensiona os vários atravessamentos que formulam condições de opressão e desigualdade, e levam à necessidade de uma perspectiva interseccional para observar as várias realidades a partir das quais as mulheres, no escopo de interesse deste texto, foram negligenciadas e excluídas da história das ciências.

Foi apenas no século XX, a partir de questionamentos levantados por pensadoras feministas, que novos espaços foram ocupados na expectativa de desestabilizar a lógica masculinista de conceber e legitimar a história universal dos homens.

Nas ligações entre gêneros, a busca de isonomia e reconhecimento das diferenças entre mulheres e homens só alcançam sentido e importância fática por força das lutas incansáveis do feminismo na história. Como uma voz que costura e dignifica as diversas vozes sociais e políticas, o feminismo surge como o grande eco que modifica as formas de ser e de dever ser dos comportamentos humanos em sociedade, refutando falsas posturas morais, assumidas como universais quando apenas manifestam o latente desejo de permanência vil no poder. (Santos, 2016, p. 131)

A reflexão sobre os engendramentos das questões de gênero no campo científico, a partir da contribuição do pensamento feminista, permitiu a apropriação de experiências que consideram o contexto social e histórico do fazer científico, a posição de sujeito de quem observa e a relação que se estabelece com o fenômeno investigado. O desafio dessa perspectiva epistemológica é estimular análises que valorizem a situacionalidade e, portanto, favoreçam mais divergências, olhares múltiplos, que consensos (Góes, 2019).

Assim, as críticas ao modelo masculinista da produção do conhecimento apresentam diferentes possibilidades de análise e atuação para a desconstrução da ciência hegemônica. A objetividade, portanto, não é simplesmente refutada ou colocada em oposição à subjetividade. Como um estabelecimento de critérios ou parâmetros possíveis (e por vezes necessários), a objetividade pode ser vista como um processo crítico da subjetividade (Góes, 2019, p. 3). Neste aspecto, os pontos de vista dos grupos que ocupam posição subalterna (os “Outros”) são considerados fundamentais: uma vez que estão desimpedidos dos artifícios do poder, podem refletir de maneira mais ampla e crítica sobre os processos de dominação (Adelman, 2016, p. 94).

É neste contexto que os estudos de gênero propõem substituir a perspectiva científica do universal *abstrato* (não aberto à diversidade) pela noção de um

universal *concreto*, baseado na comunicação de indivíduos *situados*. Contestam o ponto de vista único e a voz única e propõem substituí-los por narrativas que contemplem múltiplas vozes, que se constroem em cooperação, mas também em contradição e oposição (Löwy, 2000, pp. 31-32)

Se definimos a ciência como uma atividade subjetiva e situada, os membros dos grupos dominados que desejem alcançar um status de sujeito do saber não precisam mais escolher entre duas possibilidades simetricamente temíveis: a desapareição de suas alteridades e a renúncia aos ideais de universalidade, de racionalidade ou de objetividade dos saberes. Uma *ciência situada* pode abrir caminho para uma outra definição de objetividade e de universalidade – definição que inclui a paixão, a crítica, a contestação, a solidariedade e a responsabilidade. (Löwy, 2000, p. 38)

A inclusão da perspectiva feminista na história das ciências é, portanto, uma reivindicação que se estende desde a participação efetiva das mulheres no campo até os movimentos de resistência ao conhecimento hegemônico e de defesa do conhecimento múltiplo, engajado e situado. São dinâmicas que se sustentam no âmbito epistemológico e na problematização das lógicas de produção e legitimação do saber científico.

Nossa expectativa, assim, está em refletir a respeito do que dizem os dados sobre o campo da comunicação e de como eles podem espelhar a experiência das pesquisadoras, tanto em relação ao desenvolvimento de suas carreiras quanto ao reconhecimento de suas posições. Entendemos ser importante pensar, também, a partir de parâmetros analíticos que filtrem e cruzem os números disponíveis; como o campo da comunicação consolida e autoriza suas trajetórias; se está aberto à pluralidade de vozes e saberes; e como reivindica a perspectiva feminista ao relacionar gênero e ciência.

## DESIGUALDADES DE GÊNERO NO SUBCAMPO CIENTÍFICO, OS NÚMEROS E OS DETALHES

A despeito da dificuldade persistente do acesso das mulheres a determinados espaços sociais (mercado de trabalho, participação política, cargos de chefia etc.), são elas que assumem a dianteira dos indicadores educacionais. Nas universidades, a participação das mulheres cresceu em compasso com o seu maior ingresso nos cursos, identificado desde a década de 1970. Na pós-graduação, a expressividade feminina se mantém: elas são a maioria entre as doutoras e mestres no país. Em relação às bolsas (de iniciação científica, mestrado,

pós-doutorado etc.), as mulheres também adquirem notoriedade, mesmo que com a estreita margem de 50,44% (Venturini, 2017).

No entanto, a sabedoria popular nos lembra de que o diabo mora nos detalhes. Ou, melhor dizendo, as desigualdades. A maior presença das mulheres nos bancos universitários não reverbera, necessariamente, em igualdade de oportunidades. Nos cursos de graduação, persiste uma concentração feminina em determinadas áreas, com maior expressividade em cursos vinculados à saúde, às artes e humanidades, enquanto os homens ocupam majoritariamente as áreas ditas mais técnicas (Almeida et al., 2020; Artes, 2017; Barros & Mourão, 2020).

Em relação às bolsas de pesquisa, as mulheres possuem menor incidência nas bolsas de produtividade, em que somam 36% dos agraciados (Venturini, 2017). Nessas, os homens predominam em todos os níveis, e a disparidade aumenta nos estratos mais elevados. Em 2017, os homens correspondiam a 62% dos 30.362 bolsistas de produtividade no primeiro nível da carreira (PQ2) e chegavam a 77% dos 4.896 bolsistas nos níveis mais altos (PQ1A) (Barros & Silva, 2019). Ao analisar os últimos 10 anos, não há mudanças ou evolução desses percentuais, o que indica uma situação divergente em termos das dificuldades ou possibilidades de ascensão profissional na carreira científica para homens e mulheres. Em outras palavras, “as mulheres continuam a ser cronicamente subrepresentadas na carreira científica e sua participação declina sensivelmente conforme se ascende aos níveis mais elevados da carreira acadêmica” (Velho & Léon, 1998, p. 314).

Esse último dado é revelador do contexto brasileiro, pois as bolsas de produtividade são vinculadas a pesquisadores e pesquisadoras que atuam de modo mais sistemático, ou seja, que investem suas trajetórias profissionais no subcampo científico. Se revela as desigualdades, pode ocultar suas lógicas. Para isso, é preciso atentar aos detalhes.

Por que, mesmo capitaneando indicadores educacionais e sendo maioria nos bancos universitários, as mulheres não possuem tanta expressividade no subcampo científico? Uma resposta possível a essa questão tem sido sintetizada no conceito de teto de vidro:

Mesmo as mulheres bastante qualificadas são bloqueadas na sua ascensão profissional por práticas discriminatórias, conflitos família-trabalho que as impedem de produzir tanto quanto os homens, e por traços de comportamento adquiridos durante o processo de socialização, que seriam “desfavoráveis” ao sucesso profissional, tais como falta de agressividade, de ambição etc. (Velho & Léon 1998, p. 331)

O teto de vidro, em uma perspectiva feminista, localiza as chances e oportunidades de acesso das mulheres em termos estruturais, não somente a partir de experiências individuais, que, por vezes, podem escamotear a dimensão ou persistência do fenômeno. Não se trata de um mecanismo objetivo, mas sutil e muitas vezes difícil de perceber. Em chave relacional, o teto de vidro incide sobre a trajetória das mulheres pesquisadoras, especialmente sobre as suas percepções em termos de chances, oportunidades e potencialidades. Em pesquisa, Nora Räthzel (2018) buscou entender o porquê de mulheres decidirem não pleitear postos mais altos na carreira acadêmica. Ao comparar suas respostas dadas em relação às dos homens, identificou que, para elas, algumas razões são mais importantes, como as exigências para que consigam ser promovidas, as dificuldades associadas à conciliação da carreira com outras dimensões da vida e a maior valorização de fatores associados ao bem-estar.

Indissociável do teto de vidro é o contexto de desenvolvimento da carreira acadêmica, vivenciado de forma diferente por homens e mulheres. As cientistas experienciam tensões de diversas ordens, derivadas da conciliação entre vida pessoal e profissional, da experiência da maternidade, da sobrecarga oriunda da execução do trabalho doméstico, entre outras tantas razões. No limite, a expectativa de que as mulheres precisam ser bem-sucedidas em todos os âmbitos da vida “tem efeitos, tanto do ponto de vista físico como psíquico e emocional, que vão deteriorando sua situação pessoal até justificar a renúncia de seus projetos profissionais”<sup>6</sup> (González Ramos, 2018, p. 41).

Essa situação se agrava diante da cumplicidade da lógica científica com parâmetros neoliberais, orientada a incrementar a competitividade nos centros de investigação. No fim das contas, o pressuposto da *excelência científica* justificaria essa pressão, o que também se relaciona historicamente a um modelo de trabalho androcêntrico do uso do tempo. Isso faz o espaço de pesquisa se tornar muitas vezes hostil para uma vida com certo equilíbrio entre as demandas pessoais, o bem-estar e o descanso (Revelles-Benavente, 2018), e incide nas vivências das mulheres pesquisadoras. Para cientistas vinculadas a centros de excelência, essa lógica androcêntrica produz dificuldades adicionais, embora muitas vezes sutis, de ascensão para as mulheres:

Os sentimentos de mal-estar são ... pouco expressados, mas são sugeridos indiretamente quando se fala da lógica neoliberal e da pressão por incrementar os indicadores de produção científica. O discurso científico justifica todos esses sacrifícios através da paixão pela investigação ou pelo desejo de resolver o problema em que trabalham (o câncer, o Alzheimer, por exemplo). Toda força contrária compensa a exigência e as condições de trabalho. Todas as dificuldades são toleradas, visto que se consideram

<sup>6</sup>No original: “tiene efectos tanto desde el punto de vista físico, como psíquico y emocional, que van deteriorando su situación personal hasta justificar la renuncia de sus proyectos profesionales”.



parte de um pequeno grupo de pessoas que fazem o que gostam pelo bem coletivo. Isso resulta em algo paradoxal, pois são aceitas situações limites justificadas por meio desse discurso de “fazer o que eu gosto”<sup>7</sup>. (Revelles-Benavente, 2018, p. 90)

Os critérios subjacentes à constituição de uma suposta excelência científica seriam, então, muitas vezes incompatíveis com as dinâmicas e experiências de vida das mulheres pesquisadoras. Não raramente, no âmbito das atribuições do subcampo científico, cabe a elas se ocuparem de tarefas consideradas secundárias, em que as exigências e parametrizações em torno da excelência incidem com menor intensidade. No entanto, nem mesmo mulheres que sustentam os parâmetros de excelência possuem uma posição igualitária, pois “a ambição é julgada de forma diametralmente diferente se for exercida por um homem ou uma mulher. Como na avaliação das competências de homens e mulheres (eles são brilhantes, elas são trabalhadoras)”<sup>8</sup> (González Ramos, 2018, p. 56).

A observação dos detalhes que subjazem as estatísticas realociza a problemática de gênero no subcampo científico como causa e efeito das possibilidades, vivências e chances de trabalhos das mulheres pesquisadoras (Revelles-Benavente, 2018). Ou seja, leva a uma discussão sobre as estruturas fundantes desse campo, normas e lógicas que regem as instituições científicas. Para dar sequência à análise, é fundamental contextualizar as dinâmicas do espaço social específico em que a problemática de gênero se realiza, ou seja, situá-la, em nosso caso, a partir do subcampo científico da comunicação.

## OS DETALHES E AS DESIGUALDADES

A exploração das relações entre gênero e ciência no subcampo científico da comunicação partiu, em um primeiro momento, de um mapeamento direcionado aos PPG em Comunicação, às Bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ), às entidades configuradoras do campo e aos periódicos científicos. O mapeamento pode ser apropriado a partir de duas chaves, uma primeira exploratória, considerando as poucas informações de que dispomos sobre as dinâmicas generalizadas do subcampo científico da comunicação. Embora os dados mostrados abaixo sejam de domínio público, sua reunião, sob a perspectiva de gênero e ciência, permite compor um quadro inicial, eminentemente parcial, sobre as dinâmicas de gênero estabelecidas no campo.

Uma segunda chave para compreensão dos dados está em seu enfoque quantitativo, organizado na perspectiva da redistribuição, ou seja, concentrado em analisar a equidade de acesso a bens sociais (Artes, 2017). Ao quantificar

<sup>7</sup>No original: “Los sentimientos de malestar son poco expresados, pero son sugeridos indirectamente cuando se habla de la lógica neoliberal a la que están sujetos, la incertidumbre e inestabilidad laboral o la presión por incrementar los indicadores de producción científica. El discurso científico justifica todos estos sacrificios a través de la pasión por la investigación o el deseo de resolver el problema en el que trabajan (el cáncer o el Alzheimer, por ejemplo). Toda fuerza contraria compensa la exigencia y las condiciones laborales. Todas las dificultades son toleradas puesto que se considera formando parte de un pequeño grupo de personas minoritarias que hacen lo que les gusta por el bien colectivo. Ello resulta paradójico, pues se aceptan situaciones límites justificadas por medio de ese discurso de ‘hacer lo que me gusta’”.

<sup>8</sup>No original: “La ambición es juzgada de manera diametralmente diferente si es ejercida por un hombre o por una mujer. Como en la evaluación de las competencias de hombres y mujeres (ellos son brillantes, ellas trabajadoras)”.

esses dados, são obtidas pistas sobre o lugar ocupado pelas mulheres neste espaço social, uma questão atrelada às dinâmicas por reconhecimento, pois estes lugares não podem ser dissociados de seus significados, de suas matrizes históricas, culturais e sociais.

Os PPG em Comunicação são uma instância central para a existência do subcampo científico, cujo desenvolvimento impulsionou o que sabemos e pensamos atualmente sobre a comunicação, em um processo de amadurecimento motivado por inúmeras discussões e disputas internas sobre as especificidades do objeto comunicacional, os limites disciplinares da área e sobre o que, de fato, é possível nomear *Pesquisa em Comunicação*. A existência desses espaços de formação indica o investimento institucional na pesquisa acadêmica, uma esfera de legitimação reconhecida e partilhada socialmente que evidencia as qualificações científicas prestigiadas e as questões relevantes para a área.

Nos 53 PPG em Comunicação nacionais, listados na plataforma Sucupira ([sucupira.capes.gov.br](http://sucupira.capes.gov.br)), as mulheres assumem tímida maioria, com 50,1%, ou seja, são 436 dos 869 docentes atuantes na pós-graduação em 2019. O subcampo científico da comunicação se distancia da realidade nacional, em que os homens são maioria, ocupando 58% do quadro docente nos PPG, segundo dados de 2017 da Central de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) (Barros & Silva, 2019). No entanto, cabe lembrar que as desigualdades de gênero incidem de forma diferencial nas profissões vinculadas a áreas consideradas historicamente de atribuição feminina, em contraposição às áreas mais técnicas.

Em 2019, a soma dos discentes homens totalizou 1740 (42,6%) e das mulheres, 2341 (57,4%). Tanto na posição de docente quanto na condição de discente, as mulheres predominam. Contudo, há uma diminuição significativa de amplitude dependendo da posição ocupada. Ou seja, há mais mulheres discentes nos cursos de pós-graduação em comunicação, mas não na mesma proporção que nos quadros docentes. De alguma forma, o teto de vidro parece interferir na distribuição de chances e possibilidade de acesso das mulheres a essas posições.

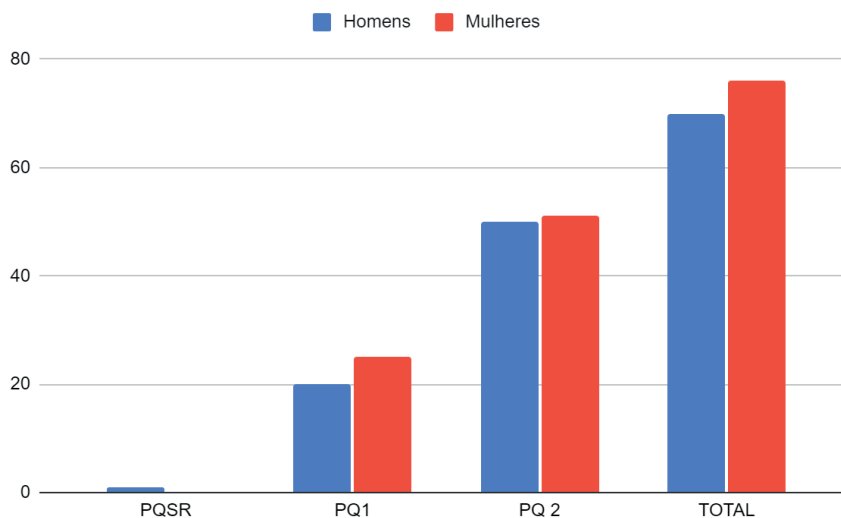
Ao analisar os dados das Bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ), a percepção sobre a existência desse limite simbólico de transposição mais difícil para as pesquisadoras se ressalta. Sabe-se que essa bolsa, oferecida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (CNPq), vinculado ao Governo Federal, é um fomento central aos pesquisadores no país. As bolsas são distribuídas em cinco níveis, de acordo com o estágio da carreira: PQ2, PQ1D,

PQ1C, PQ1B e PQ1A. Os pesquisadores iniciantes são contemplados com a bolsa PQ2 e podem ascender no decorrer das suas trajetórias, embora a distribuição das oportunidades não contemple a totalidade dos pesquisadores que possuem destaque em suas áreas (Barros & Silva, 2019).

Dentro da área “Artes, Ciência da Informação e Comunicação”, foram identificados 147 pesquisadores contemplados com as bolsas no subcampo científico da comunicação (Figura 1), em 2021, divididos nas diferentes categorias e níveis. São 45 bolsistas PQ1 e 101 PQ2, além de um bolsista PQ Sênior. As mulheres são maioria entre os bolsistas PQ1 – são 55% (25 pesquisadoras de um total de 45) – e praticamente empatam no nível PQ2 – com 50,4% (51 pesquisadoras de um total de 101).

**Figura 1**

*Distribuição dos pesquisadores PQ por sexo, de acordo com os níveis de bolsa*



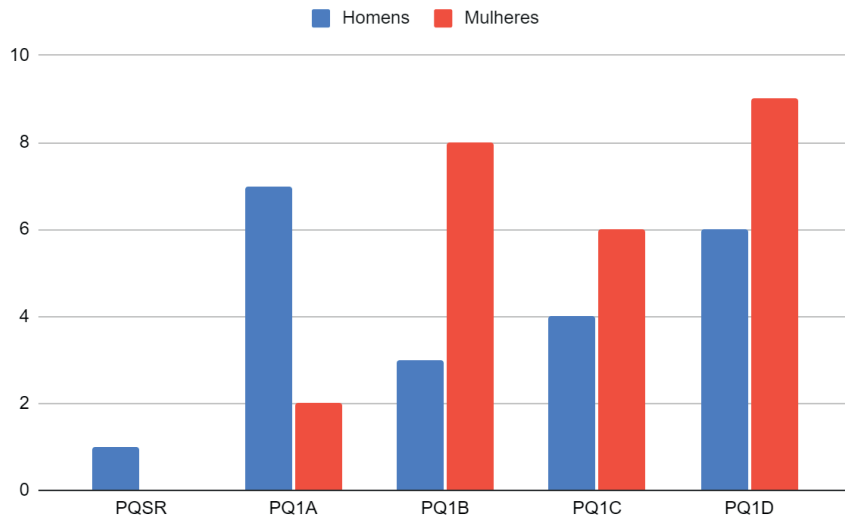
*Nota.* Elaborada pelas autoras.

Em um olhar mais amplo, a distribuição das bolsas na comunicação vai ao encontro dos dados que evidenciam um predomínio feminino nas bolsas PQ vinculadas às ciências humanas, embora isso não retrate a realidade das concessões em termos mais amplos no país.

Um olhar atento à distribuição das bolsas no nível PQ1A (Figura 2) revela que a maior proporção de mulheres não significa, no entanto, acesso aos níveis mais elevados:

**Figura 2**

*Distribuição dos pesquisadores PQ por sexo, de acordo com as categorias nos níveis Sênior e PQ1*



*Nota.* Elaborada pelas autoras.

Os homens possuem maior representatividade na categoria PQ1A e PQ Sênior. Um quadro, mais uma vez, semelhante ao que existe nas chamadas humanidades, em que as mulheres se tornam minoria no nível mais elevado das bolsas (Barros & Mourão, 2020). A distribuição dessas bolsas no subcampo científico da comunicação sugere a manutenção do teto de vidro, observado em outras áreas do conhecimento (Barros & Mourão, 2020; Martin-Palomino, 2018; Velho & León, 1998). Ou seja, alude aos obstáculos sutis, informais, que dificultam a ascensão das mulheres em suas carreiras. A entrada tardia no universo da pesquisa é uma das possíveis explicações para esse fenômeno, considerando que o alcance aos níveis mais elevados de bolsa exige décadas de dedicação (Barros & Mourão, 2020). Mas não se trata de um condicionante autoexplicativo, pois a demora para ingressar nos círculos prestigiados da produção científica é feita de matéria semelhante à dos motivos pelos quais o teto de vidro é ainda identificado no campo científico, imbricados em lógicas hegemônicas historicamente edificadas sobre a constituição do conhecimento, com suas epistemes, olhares em relação ao sujeito e modalidades próprias de legitimação (Adelman, 2016).

A análise das relações de gênero nas posições dos conselhos diretivos das associações do campo da comunicação se sustenta pela ideia de que determinados espaços institucionais representam as vozes autorizadas e legitimadas a representar a área, pautar e objetivar os interesses coletivos. As indicações para estes cargos passam pela avaliação dos pares em relação a atributos reconhecidos, como postura de liderança, competência e autoridade. No âmbito da ciência, de modo geral, estes espaços são historicamente ocupados por homens.

Para Esther Martin-Palomino (2018), além de dinâmicas que inviabilizam o acesso das mulheres a cargos de poder, é importante considerar o quanto o capital social, no âmbito acadêmico, limita a participação feminina. A partir desta perspectiva, os homens se indicam e se apoiam para continuarem nas instâncias de decisão. Segundo a reflexão da autora, as redes de apoio têm papel fundamental no suporte e na promoção de autoconfiança e de mais oportunidades. As mulheres têm um acesso limitado na carreira acadêmica devido à homosocialidade. Ela impede que mais mulheres estejam em cargos de decisão. O efeito dessas redes formadas apenas por homens é o reforço dos estereótipos de gênero e da desvalorização das mulheres, ignoradas por fazerem parte de outro grupo (Martin-Palomino, 2018, p. 139).

Nossa análise se direcionou para duas entidades representativas de abrangência geral, a Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós) e a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), e para quatro associações específicas de grandes áreas do campo: a Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), a Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas (Abrapcorp), a Associação Brasileira de Pesquisadores em Publicidade e Propaganda (ABP2) e a Sociedade Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual (Socine)<sup>9</sup>. Os dados foram coletados a partir dos sites oficiais das associações, e nosso foco voltou-se para o mapeamento dos membros dos conselhos diretivos em uma perspectiva temporal.

Atualmente, o Conselho Diretivo da Compós (mandato 2021-2022) é composto por três mulheres (presidenta, vice-presidenta, tesoureira) e dois homens (secretário-geral e diretor científico) – as informações no site sobre os mandatos anteriores não apontam os nomes de tesoureiros/as e diretor/a científico/a. Entre 1991 e 2020, os 16 conselhos que dirigiram a Compós somam um total de 31 homens e 20 mulheres; nesse período, o cargo feminino foi reservado à secretaria geral oito vezes, uma função reconhecidamente operacional, de apoio, culturalmente associada à mulher. Até o momento, apenas três mulheres exerceram o cargo mais elevado da hierarquia e foram presidentes da associação.

<sup>9</sup> Considerando a tônica exploratória que orientou nosso trajeto analítico, optamos por analisar associações e instituições cujo escopo incluisse de modo abrangente distintas perspectivas epistemológicas e interesses disciplinares no subcampo científico da comunicação no país. As organizações vinculadas a áreas disciplinares historicamente consolidadas foram também consideradas. No entanto, reconhecemos que o mapeamento não inclui associações e entidades que possuem representatividade no subcampo científico e cuja análise nos ajudaria a compreender os engendramentos de gênero em áreas específicas, tais como a Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compolítica), a Associação Brasileira de Pesquisadores em Ciberultura (Abciber) e a Rede Alcar, as quais poderão ser abordadas em trabalhos futuros.

Tendo em vista que a Compós é uma das principais associações representativas do subcampo científico da comunicação, dado que congrega os PPG, o histórico da composição do seu corpo diretivo é um espelho bastante interessante do processo de consolidação de lideranças. Se as mulheres são maioria no conjunto de pesquisadores credenciados aos PPG no país, o que faz, historicamente, sua participação no conselho diretivo da Compós ser desigual? O cenário referenda uma assertiva de Ana González Ramos (2018), para quem, “teoricamente, as oportunidades de trabalho de homens e mulheres serão idênticas, mas os dados estatísticos mostram uma realidade diferente: pouquíssimas mulheres conseguem ... obter cargos de liderança científica”<sup>10</sup> (p. 44).

<sup>10</sup>No original: “Teóricamente, las oportunidades laborales de hombres y mujeres serían idénticas, pero los datos estadísticos muestran una realidad diferente: muy pocas mujeres consiguen ... obtener posiciones de liderazgo científico”.

Os motivos para esta obstrução são diversos, podem estar tanto nas dinâmicas de reconhecimento e nas relações do próprio campo científico quanto na manutenção de papéis sociais sustentados pelo patriarcado, que demandam das mulheres um esforço adicional para conciliar expectativas da carreira profissional com dimensões da vida pessoal (Räthzel, 2018).

Ao analisarmos o contexto dos cargos de liderança na Intercom, os dados sugerem uma situação semelhante. Fundada em 1977, a Intercom é a entidade nacional mais antiga do campo da comunicação, e sua primeira diretoria foi empossada em 1979. As informações disponíveis no site nomeiam os membros do corpo diretivo em 18 mandatos, e é perceptível uma variação dos cargos ao longo do período e, portanto, também é cambiante o número de participantes em cada edição. Em 42 anos de história, foram contabilizados 186 cargos das diretorias da associação<sup>11</sup>, dos quais 98 foram ocupados por homens e 88, por mulheres.

<sup>11</sup>Não estão computados na análise os conselhos fiscais.

Neste período, a Intercom foi liderada 11 vezes por um homem e sete vezes por uma mulher. No cenário analisado, é interessante perceber que, em 12 das 18 diretorias, o grupo foi majoritariamente masculino. Em apenas duas edições o número de dirigentes foi equivalente entre homens e mulheres, e, em quatro mandatos, a diretoria foi predominantemente feminina (1991-1993; 1995-1997; 2002-2005; 2014-2017).

Apontamos aqui um dado relevante: nas quatro diretorias da Intercom com quadro de maioria feminina, a presidência era ocupada por uma mulher. Enfatizamos, portanto, a importância das redes de apoio entre mulheres como recursos:

<sup>12</sup>No original: “esenciales para aumentar el número de mujeres em posiciones de relevancia y, tal vez, como un elemento de resistencia a los intereses patriarcales presentes em todos los niveles de la sociedad ... un instrumento de facilitación, y de acceso a las posiciones que suponen el éxito em las trayectorias profesionales”.

essenciais para aumentar o número de mulheres em posições de relevância e, talvez, como um elemento de resistência aos interesses patriarcais em todos os níveis da sociedade ... um instrumento de facilitação, e de acordo com as posições que supõem o êxito nas trajetórias profissionais<sup>12</sup>. (Martin-Palomino, 2018, p. 134)

Os conselhos diretivos das associações específicas das grandes áreas (jornalismo, publicidade, relações públicas e cinema) mostram uma situação ligeiramente mais equitativa no que diz respeito à representação feminina em seus quadros. Fundada em 2003, a SBPjor tem uma diretoria executiva composta por cinco membros. Durante os nove mandatos registrados até o momento, foram parte do grupo 29 conselheiras e 16 conselheiros. Apesar da maioria feminina do quadro, o cargo da presidência foi ocupado apenas quatro vezes por mulheres.

No âmbito da Socine, foi registrado um total de oito diretorias eleitas para gerir a entidade desde 2005. Apesar de o número total de dirigentes ser próximo (16 homens e 18 mulheres), o cargo de mais alta hierarquia é predominantemente masculino. Ao todo foram cinco presidentes da Socine e três presidentas. A ABP2, mais recente, foi fundada em 2010. De lá para cá, a entidade empossou quatro diretorias (presididas duas vezes por um homem e duas vezes por uma mulher), totalizando 44 cargos, ocupados 34 vezes por homens e 10 vezes por mulheres.

A Abrapcorp aparece como uma exceção aos demais contextos analisados neste escopo. Com conselhos diretivos eleitos desde 2006, a entidade escolheu, em sete mandatos, seis presidentas e apenas um presidente. A predominância feminina também se mantém entre os membros da diretoria: as mulheres ocupam quase três vezes mais o número de cadeiras que os homens na diretoria ao longo da história: foram 36 conselheiras e 13 conselheiros. O desvio encontrado na Abrapcorp em comparação com as demais entidades pode ser ponderado a partir de uma especificidade da área de relações públicas: segundo pesquisa divulgada pelo Conselho Federal de Relações Públicas (Conferp, 2009) em 2009, 80% dos profissionais ativos no mercado à época eram mulheres.

O último indicador catalogado para refletir sobre as relações generificadas no âmbito da comunicação foi a produção acadêmica, a partir dos critérios de valoração do próprio campo científico. Neste contexto, a publicação de artigos em periódicos é um dos principais parâmetros para contabilizar e mensurar a excelência científica, e o Qualis-Capes, o sistema de avaliação de referência no Brasil para conceituar qualitativamente a produção dos/as pesquisadores/as

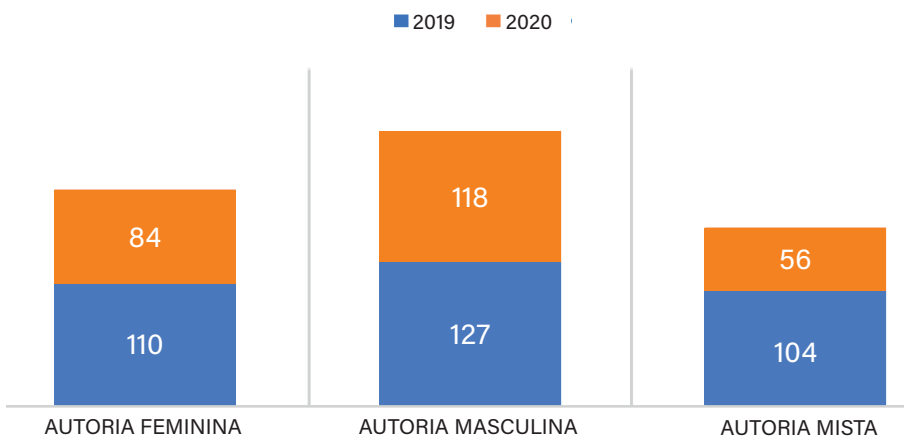
Deste modo, selecionamos sete revistas nacionais de estrato A2<sup>13</sup> diretamente relacionadas com as discussões empreendidas no campo da comunicação: *Comunicação, Mídia e Consumo*; *Chasqui*; *E-Compós*; *Famecos*; *Galáxia*; *MATRIZES* e *Intercom*. Foram sistematizados os dados referentes às edições de 2019 e 2020. No primeiro momento, os textos foram separados entre autoria exclusiva feminina (individual ou coletiva); exclusiva masculina (individual ou

<sup>13</sup> A classificação refere-se ao Qualis-Capes 2013-2016, indicador que estava em vigência durante o período de coleta dos dados.

coletiva) e autoria mista (parceria entre autores homens e mulheres). Os dados podem ser observados na Figura 3.

**Figura 3**

*Autoria de artigos em revistas A2 por sexo, em 2019 e 2020*



*Nota.* Elaborada pelas autoras.

Dentre os 341 artigos publicados em 2019, 127 tiveram autoria exclusivamente masculina (37,2%), 110, autoria exclusivamente feminina (32,3%) e 104, de autoria mista (30,5%). Em 2020, a coleta registrou 258 artigos. A predominância de artigos escritos por homens teve um sensível acréscimo, com 45,7% do total (118 textos), enquanto os artigos escritos por mulheres mantiveram índice semelhante ao ano anterior, 32,5% (84 textos), e os textos escritos em parcerias mistas tiveram um decréscimo, representando 21,8% do total (56 textos).

Antes de analisar a proporcionalidade das autorias conforme o sexo, é importante ponderar que, com o início da pandemia da covid-19, em 2020, a vida pessoal e profissional de toda a sociedade sofreu impactos significativos, o que inclui a comunidade acadêmica. Deste modo, justifica-se a diminuição de 25% do número de artigos publicados em comparação ao ano anterior.

O aumento da produção de artigos entre os homens durante a pandemia é um exemplo que pode revelar as desigualdades de gênero no campo científico. Uma pesquisa nacional feita pelo movimento Parent in Science (PiS) apontou que a submissão de artigos entre homens permaneceu inalterada ou mesmo cresceu durante o período de isolamento social. Os dados são inversamente proporcionais quando comparados ao relato das mulheres, que afirmaram que



o cumprimento de prazos de editais e submissão de artigos foi bastante impactado pela pandemia. Esta diferença se explica pelas demandas de ordem prática e emocional assumidas pelas mulheres, relacionadas ao cuidado e à organização familiar. De modo complementar, ainda segundo o relatório do PiS, a discrepância aumenta conforme se inclui a relação de parentalidade (ponderando a presença e a idade dos filhos), raça e tempo de carreira.

Um outro levantamento realizado pelo PiS entre 2017 e 2018, com 2186 cientistas brasileiros/as, aponta que esta discrepância na produtividade entre pais e mães pesquisadores se dá de forma histórica (Machado et al., 2019). Considerando a média de artigos publicados entre o grupo respondente, tendo como ponto de partida o nascimento dos filhos, as mulheres têm a sua produção científica reduzida substancialmente por pelo menos quatro anos, enquanto não há diferença nos dados de publicações entre cientistas que são pais. As consequências desta redução na produção entre mães cientistas são pouco (ou quase nada) problematizadas pela comunidade acadêmica brasileira, que mantém os parâmetros de avaliação indistintos para as mulheres após a maternidade. Isso se reflete diretamente no acesso desigual a processos seletivos (como bolsas e concursos públicos), que desconsideram essas variáveis de gênero, através da parentalidade, na carreira acadêmica.

A constatação de variações nos resultados considerados parâmetros de excelência da produção científica suscita uma reflexão sobre a adoção de critérios que não distinguem as desigualdades estruturais. Para González Ramos (2018), “uma avaliação justa dos méritos e esforços feitos pelas mulheres (bem como por outras pessoas em situação de vulnerabilidade) requer considerar os fatores individuais e sociais que afetam suas decisões e o alcance de conquistas socialmente reconhecidas” (p. 46).

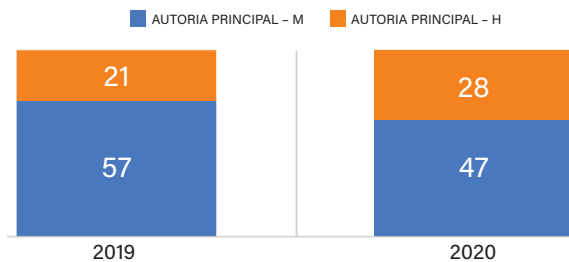
O que se observa em nosso mapeamento, além dessa variação no período pandêmico, é a tendência de maior publicação exclusiva masculina nos periódicos de mais alta avaliação na área de comunicação. Esse resultado, além do próprio parâmetro que foca/sintetiza a noção de excelência científica baseada no número de artigos e fator de impacto, remete a um ideal acadêmico autônomo e competitivo. Este modelo, que se funda numa lógica neoliberal, tende a ignorar ou diminuir o valor e a necessidade dos cuidados e sustentabilidade da vida (Carpintero, 2018, pp. 176-179), como se as trajetórias pessoais e profissionais pudessem ser completamente distintas e não fossem balizadas por uma estrutura social, cultural e histórica. Queremos apontar, com isso, que a maior produção de artigos em revistas qualificadas não se configura simplesmente a partir de mérito e competência, mas também da disponibilidade e da dedicação que,

em muitos casos, quando observadas pelas lentes do gênero, encontram barreiras impostas pelas dinâmicas culturais e sociais da vida privada de cada agente.

Na continuidade de nossa análise, nos dedicamos a observar os artigos de autoria mista (Figura 4), a fim de verificar como se configuravam as autorias principais dos textos (tradicionalmente alocados como primeiro nome da lista).

**Figura 4**

*Autoria principal em artigos mistos de revistas A2, nos anos de 2019 e 2020, divididos por sexo*



Nota. Elaborada pelas autoras.

É perceptível que a parceria de escrita entre homens e mulheres caiu quase 50% entre 2019 e 2020, o que possivelmente está relacionado com a questão da produtividade no período pandêmico, mencionada anteriormente. Entretanto, um outro aspecto salta aos olhos a partir destes dados: as mulheres tendem a se dedicar mais a trabalhos coletivos que os homens, configurando 83% das autorias principais em artigos mistos em 2019 e 62% em 2020.

Neste cenário, é interessante retomar o pensamento de Nora Räthzel (2018) ao analisar que estruturalmente a academia trata de modo diferencial as chances e oportunidades de mulheres e homens pesquisadores. Deste modo, “as ações das mulheres e dos homens têm consequências diferentes, e seus resultados são premiados/recebidos de forma diferente”<sup>14</sup> (p. 126), especialmente quando se dedicam mais à realização de trabalhos coletivos.

A participação feminina em tarefas operacionais, necessárias ao funcionamento da lógica da produção acadêmica, pode ser considerada ainda a partir da função editorial dos periódicos científicos. Entre as sete revistas A2 analisadas, as mulheres são maioria na ocupação desses cargos de edição. Neste aspecto, consideramos pertinente apontar o possível prestígio associado à função de editor/a de um periódico científico. Entretanto, observando o dado à luz da contabilidade produtivista que mensura o que tem valor na academia, entendemos ser importante salientar o quanto esta atividade, voltada para o funcionamento coletivo e qualitativo do subcampo, demanda tempo, é complexa e

<sup>14</sup>No original: “las acciones de las mujeres y los hombres tienen consecuencias diferentes, y que sus logros son premiados/recibidos de manera diferente”.

não tem um reconhecimento estimado<sup>15</sup> equivalente à publicação dos textos (majoritariamente masculinos).

<sup>15</sup>Esta mesma discussão sobre as atividades operacionais para manutenção dos periódicos científicos tem sido feita na área da comunicação, ainda sem o viés de gênero, para debater o desprestígio dado à função de parecerista ad hoc.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com dados postos à mesa, os levantamentos quantitativos nos apontam pistas importantes para mapear a constituição das relações generificadas no subcampo científico da comunicação. Quando endereçamos nosso olhar para observar as relações de gênero estabelecidas na comunicação, buscamos avançar em uma discussão que ainda não foi feita e que, em um primeiro momento, pode parecer definida desde a largada, uma vez que não temos – aparentemente – uma questão de representatividade numérica a resolver. No entanto, temos em mente que

o gênero faz diferença para as mulheres na ciência não por causa do que trazem com seus corpos e às vezes nem mesmo pelo que podem trazer com sua socialização, mas pelas percepções que as culturas da ciência trazem à comunidade tanto das mulheres quanto do gênero – e, por sua vez, por causa do que tais percepções trazem para os valores comuns de disciplinas científicas particulares. (Keller, 2006, pp. 29-30)

No âmbito dos PPG, embora as mulheres sejam maioria entre discentes e docentes, há uma diminuição na participação feminina entre o professorado, também observada na distribuição das Bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ), especialmente nos níveis superiores. Esses dados são indicativos de uma permanência do teto de vidro que atrapalha, por fatores sociais estruturais históricos relacionados ao desenvolvimento da carreira acadêmica, as mulheres pesquisadoras. Nas instituições do campo, há uma contribuição significativa das mulheres, embora muitas vezes fora das presidências e espaços de poder mais legitimados, ocupados majoritariamente por homens, com algumas raras exceções. No entanto, quando assumem a liderança, especialmente na Intercom, as mulheres tendem a ter diretorias mais femininas, o que sugere a configuração de redes de apoio como um dos recursos estimados para ocupar esses espaços. A configuração de redes pelas mulheres é também perceptível na publicação de artigos. Embora os homens publiquem mais, as mulheres capitaneiam com mais intensidade os trabalhos de autoria coletiva.

Esses dados são entendidos em sua singularidade como retrato de um momento, mas precisam necessariamente ser lidos em chave estrutural. Se isso não for feito, corremos o risco de individualizar questões e privatizar responsabilidades, pois muitas vezes “questiona-se o papel da mulher, mas não as

# P

## Desigualdades de gênero no subcampo científico da comunicação

<sup>16</sup>No original: “se cuestiona em papel de las mujeres pero no las reglas que rigen las instituciones científicas o las normas sociales que mantienen a las mujeres em situación de vulnerabilidad”.

normas que regem as instituições científicas ou as normas sociais que mantêm as mulheres em situação de vulnerabilidade”<sup>16</sup> (González Ramos, 2018, p. 43).

De outro modo, embora o mapeamento quantitativo proporcione informações importantes, nem todas as respostas estão disponíveis a partir de números absolutos, é preciso cruzá-los e ponderá-los a partir da noção de situacionalidade. Por isso,

tornamo-nos cautelosas com frases que começam com “as mulheres são...”, percebendo que a única maneira de completar tal frase é dizer que as mulheres são pessoas, definidas por muitas variáveis sociais e que se adaptam às pressões e oportunidades que encontram, e têm recursos para isso. (Keller, 2006, p. 30)

O que pretendemos lançar com nossa reflexão, neste momento, é a chave para um debate que entendemos que precisa ser iniciado (e, obviamente, aprofundado) de modo coletivo. Essa noção de coletividade implica posições institucionais e individuais dos agentes que operam neste subcampo, conforme lógicas e parâmetros construídos e validados pelo próprio grupo.

Por um lado, estamos conscientes de que as desigualdades de gênero aqui expostas correspondem a um contexto cultural, social e histórico mais amplo que o próprio ambiente acadêmico – o que remete à certeza de que sua desconstrução é um trabalho complexo e contínuo. Por outro lado, como pesquisadoras da área das ciências sociais e humanas que se pautam a partir de uma epistemologia feminista, consideramos um dever trazer para o foco do nosso próprio espaço de atuação a ideia de que determinadas dinâmicas que fomentam a desigualdade de gênero (as quais descortinamos, analisamos e criticamos ao olharmos para “fora”) devem ser desconstruídas também, e talvez primeiramente, aqui “dentro”. O panorama traçado até o momento se apresenta como um primeiro passo. Afinal,

analisar as questões relativas a mulheres na atividade científica é uma tarefa muito mais complexa do que simplesmente contar cabeças, títulos e publicações e calcular proporções. É fundamental localizar a análise no seu contexto e contar com a colaboração das participantes do processo na interpretação das informações. Tantas são as variáveis interagindo aqui – área do conhecimento, país, tipo de instituição, idade das mulheres, sorte, tipo de criação – que é difícil chegar a alguma conclusão definitiva sobre os determinantes da produção científica por mulheres, a não ser a de que se trata de uma construção social. (Velho & León, 1998, p. 344)

A partir desta provocação, daremos continuidade à nossa investigação a partir da escuta de agentes que cotidianamente encarnam os números apresentados neste texto: as mulheres pesquisadoras. Tendo em vista se tratar de uma construção social, da qual fazemos parte, entendemos ser possível e necessário ressignificar, entre os parâmetros mais estruturais e a tessitura das experiências, modos de conceber uma produção científica mais alinhada com as diferentes realidades de quem a produz. ■

## REFERÊNCIAS

- Adelman, M. (2016). *A voz e a escuta: Encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea*. Blucher.
- Almeida V., Carvalhaes, F., Elgaly, P., Houzel, L. H., Medeiros, C., Mendes, T., Milanski, B. A., & Rocha, F. E. (2020, 15 de outubro). A segregação de gênero no ensino superior brasileiro, 2002-2016. *Dados*. <https://bit.ly/3P6KaAJ>
- Artes, A. (2017). *A presença de mulheres no ensino superior brasileiro: Uma maioria sem prestígio* [Apresentação de trabalho]. 11º Seminário Internacional Fazendo Gênero. Florianópolis, SC, Brasil.
- Barros, S. C. V., & Mourão, L. (2020). Trajetória profissional de mulheres cientistas à luz dos estereótipos de gênero. *Psicologia em Estudo*, 25, Artigo e45325. <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v25i0.46325>
- Barros, S. C. V., & Mourão, L. (2019). Desenvolvimento na carreira de bolsistas produtividade: Uma análise de gênero. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 71(2), 68-83. <https://bit.ly/3unMc7q>
- Bonetti, A. (2011). Gênero, poder e feminismos: As arapiracas pernambucanas e os sentidos de gênero da política feminista. *Labrys, Études Féministes*. <https://www.labrys.net.br/labrys20/brasil/aline.htm>
- Bourdieu, P. (1983). *O campo científico*. Ática.
- Carpintero, E. C. (2018). Academia acelerada, slow science y etica do cuidado. In A. M. González Ramos (Org.), *Mujeres en la ciencia contemporánea: La aguja y el camello* (pp. 175-201). Icaria.
- Conselho Federal de Relações Públicas. (2009). *Perfil do profissional de relações públicas*. Conferp. <https://bit.ly/3InoFJF>
- Costa, A. A. A., & Sardenberg, C. M. B. (2002). *Feminismo, ciência e tecnologia*. UFBA.
- Costa, M. C. D., & Feltrin, R. B. (2016). Desafios da interseccionalidade em gênero, ciência e tecnologia. *Cadernos Pagu*, (47), Artigo e164718. <https://doi.org/10.1590/18094449201600470018>
- Souza Surmani, J., Tortato, C. S. B., Silva, S. R., & Baptistella, R. (2020). Do mito de Métis aos conceitos de Métis de “teto de vidro” e “labirinto de

- Cristal<sup>9</sup>: Análises de assimetria de gênero com enfoque CTS. *Mundi*, 5(1). <http://dx.doi.org/10.21575/25254774rmsh2020vol5n11369>
- Escosteguy, A. C. D. (2019). *Mídia e questões de gênero no Brasil: Pesquisa, categorias e feminismos* [Apresentação de trabalho]. XVIII Encontro Anual da Compós, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Escosteguy, A. C. D. (2020). Michèle Mattelart e as veias abertas da comunicação e gênero na América Latina. *MATRIZES*, 14(3), 69-91. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v14i3p69-91>
- Góes, J. (2019). Ciência sucessora e a(s) epistemologia(s). *Revista Estudos Feministas*, 27(1), Artigo e48373. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n148373>
- González Ramos, A. M. (2018). ¿Por qué abandonan las mujeres? In A. M. González Ramos (Org.), *Mujeres en la ciencia contemporánea: La aguja y el camello* (pp 39-66). Icaria.
- Haag, A., Parise, G., Perez, J., Irigoyen, M., Wottrich, L., & Oliveira-Cruz, M. F. (2020). *Lugar de mulher é na ciência: Um estudo acerca da desigualdade de gênero na ciência da comunicação* [Apresentação de trabalho]. 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Salvador, BA, Brasil.
- Keller, E. F. (2006). Qual foi o impacto do feminismo na ciência? *Cadernos Pagu*, (27), 13-34. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000200003>
- Lopes, M. I. V. (2003). *Epistemologia da comunicação*. Loyola.
- Löwy, I. (2000). Universalidade da ciência e conhecimentos “situados”. *Cadernos Pagu*, (15), 15-38. <https://bit.ly/3NBIwpu>
- Machado, L. S., Perlin, M., Soletti, R. C., Rosa e Silva, L. K., Schwartz, I. V. D., Seixas, A., Ricachenevsky, F. K., Neis, A. T., & Staniscuaski, F. (2019). *Parent in science: The impact of parenthood on the scientific career in Brazil* [Apresentação de trabalho]. 2nd International Workshop on Gender Equality in Software Engineering, New York, NY, United States of America.
- Martin-Palomino, E. T. (2018). In A. M. González Ramos (Org.), *Mujeres en la ciencia contemporánea: La aguja y el camello* (pp. 157-172). Icaria.
- Moschkovich, M. B. F. G. (2013). *Teto de vidro ou paredes de fogo? Um estudo sobre gênero na carreira acadêmica e o caso da Unicamp* [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade Estadual de Campinas.
- Olinto, G. (2011). A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. *Inclusão Social*, 5(1), 68-77. <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1667>
- Räthzel, N. (2018). Respuestas estratégicas de mujeres y hombres a lo largo de sus carreras científicas. In A. M. González Ramos (Org.), *Mujeres en la ciencia contemporánea: La aguja y el camello* (pp. 97-127). Icaria.

- Revelles-Benavente, B. (2018). Competitividad y excelencia em los centros de investigación internacionales. In A. M. González Ramos (Org.), *Mujeres en la ciência contemporánea: La aguja y el camello* (pp. 67-92). Icaria.
- Rosser, S. V. (2004). *The science glass ceiling: Academic women scientist and the struggle to succeed*. Routledge.
- Santos, M. G. (2016). O feminismo na história: Suas ondas e desafios epistemológicos. In M. L. Borges & M. Tiburi. *Filosofia: Machismos e feminismos* (pp. 129-162). Editora UFSC.
- Sarmento, R. (2020). Mídia, gênero e política: Um balanço das pesquisas nacionais. In L. F. Miguel & L. Ballestrin (Orgs.), *Teoria e prática feminista: Contribuições ao debate de gênero no Brasil* (pp. 179-195). Zouk.
- Schiebinger, L. (2001). *O feminismo mudou a ciência?* Edusc.
- Scott, J. (1995). Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99. <https://bit.ly/3uq6rS1>
- Sinha, U. B., & Sinha, D. (2011). Are Indian women scientists victims of the “glass ceiling”? *Current Science*, 100(6), 837-840.
- Taborda, L., & Engeroff, A. M. B. (2017). Mapeando o lugar da mulher docente na Universidade Federal de Santa Catarina. *Revista Sociais e Humanas*, 30(2), 55-69. <https://doi.org/10.5902/2317175827596>
- Tang, J. (1997). The glass ceiling in science and engineering. *The Journal of Socio-Economics*, 26(4), 383-406. [https://doi.org/10.1016/S1053-5357\(97\)90003-2](https://doi.org/10.1016/S1053-5357(97)90003-2)
- Tavares, C. Q., Massuchin, M. G., & Sousa, L. L. (2021). A quem recorreremos quando falamos sobre gênero na comunicação? Aspectos de colonialidade e decolonialidade a partir da bibliografia utilizada nas pesquisas da área. *Comunicação Mídia e Consumo*, 18(51), 59. <http://dx.doi.org/10.18568/cmc.v18i51.2534>
- Tomazetti, T. P. (2020). Por um mapa das dissidências: Os estudos de gênero nas teses e dissertações em comunicação do Brasil (1972-2015). *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 43(3), 57-81. <https://doi.org/10.1590/1809-5844202033>
- Velho, L., & León, E. (1998). A construção social da produção científica por mulheres. *Cadernos Pagu*, 10(1), 308-344.
- Venturini, A. C. (2017). *A presença das mulheres nas universidades brasileiras: Um panorama de desigualdade* [Apresentação de trabalho]. 11º Seminário Internacional Fazendo Gênero, Florianópolis, SC, Brasil.

---

Artigo recebido em 10 de dezembro de 2021 e aprovado em 7 de junho de 2022.